

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
Coordenadoria de Licitações

**JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**PROCOTOLO: SAP 1000000150**

**ASSUNTO:** Contratação de empresa especializada para a manutenção preventiva e corretiva de limpeza e desobstrução de elementos de drenagem pluvial e de esgoto sanitário, incluindo o transporte e a destinação final dos resíduos e efluentes nas áreas sob responsabilidade da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), conforme quantidades, justificativas, normas e demais especificações estabelecidas no Termo de referência, Edital e anexos.

**Impugnante: CAMILA VENTURIN ZAPPELLINI PAIVA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.499.902/0001-80, com sede à Rodovia PR 412 – Engenheiro Darci Gomes Moraes, nº 1394, Pontal do Paraná/PR, CEP: 83.255-000.**

Nos termos do item 6 e seguintes do Pregão Eletrônico nº 150/2025 - SAP Nº 1000000150, foi recebida a presente impugnação apresentada pela Empresa **CAMILA VENTURIN ZAPPELLINI PAIVA LTDA.**

Preliminarmente, cumpre destacar que em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação e tempestividade, conforme fazem prova os documentos acostados ao presente Processo de Licitação, uma vez que a impugnação da interessada foi encaminhada

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
Coordenadoria de Licitações

em 20 de janeiro de 2025, portanto, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis antes da abertura da sessão nos termos do item 6.1. do Edital.

**ExpressoLivre - ExpressoMail**

Remetente: "Octávio Kiel" <licitacao@hpmultiservice.com.br>  
Para: Os destinatarios nao estao sendo exibidos para esta impressao  
Data: 20/01/2025 15:24 (08 minutos atrás)  
Assunto: Impugnação ao Edital SAP nº 1000000150 – Pregão Eletrônico nº 150/2025  
Anexos: f29cb326.png (55.89 KB)  
Doc. 1 - Impugnação APPA.pdf (1.53 MB)

Em razão da natureza exclusivamente técnica das alegações, este pregoeiro enviou à área responsável a impugnação proposta, para a análise necessária.

## **1. DAS RAZÕES APRESENTADAS PELA IMPUGNANTE**

Em apertada síntese, as justificativas da impugnação estão alicerçadas em exigências de documentos de habilitação que o Edital deveria prever, tais como:

- i) Comprovação de registro da empresa licitante no órgão de classe fiscalizador, consequentemente, registro do profissional técnico habilitado bem como experiência comprovada por meio de CAT;
- ii) Apresentação de documento comprobatório que comprova os descartes de resíduos de efluentes de forma adequada;
- iii) Licença veicular que comprove a aptidão dos veículos para manuseio de efluentes;
- iv) Certidão negativa de débitos perante o IBAMA, bem como cadastro técnico federal e Alvará de localização vigentes.

## **2. Das respostas à impugnação**

A execução dos serviços objeto da licitação em tela, se refere à contratação de empresa especializada para a manutenção preventiva e corretiva de limpeza e desobstrução de elementos de drenagem pluvial e de esgoto sanitário, incluindo o transporte e a destinação final dos resíduos e efluentes nas áreas sob responsabilidade da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA).

Em relação ao item i, a impugnante se insurgiu aos termos do edital quanto a exigência de registro da empresa no órgão regulador de classe.

Quando da classificação dos serviços, o setor requisitante o classificou de natureza comum, pois o edital e Termo de Referência foram capazes de descrever com exatidão e detalhes tudo o que estava envolto ao serviço e suas implicações. Quanto ao registro da empresa no órgão de classe, não se mostra necessária, pois a habilitação técnica, exige que a licitante seja empresa do ramo, com comprovação através de atestado, nos termos do item 11.7.1, “a”:

**11.7.1.A empresa classificada deverá apresentar os seguintes documentos para comprovação referente à qualificação técnica e ambiental, a licitante deverá apresentar:**

**a) Atestado ou declaração de capacidade**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, que comprove ter a licitante executado objeto com características semelhantes ao objeto a ser contratado;

A análise do arrematante do certame será restrita à comprovação de que executou serviços com características semelhantes, assim como através da apresentação do Contrato Social ou Estatuto Social, constando no objeto social a prestação do serviço objeto da licitação. Por seu turno, quanto à exigência de responsável técnico registrado em órgão de classe, o item 11.7.1, “f” trouxe a exigência:

**f) Apresentação de responsável técnico, devidamente registrado no órgão competente, e vínculo com a empresa;**

Importante destacar que o serviço a ser executado pode ser afeto a diferentes órgãos de classe, tais como o CREA e CFBio. Daí a justificativa do Edital não restringir somente a um deles, justamente para aumentar a competitividade entre os interessados, em homenagem ao princípio de busca da proposta mais vantajosa à Administração. Também quanto à exigência de CAT (certidão de acervo técnico) do profissional, não se mostra necessária, em virtude da baixa complexidade do serviço a ser executado.

No tocante ao item ii, o setor requisitante assim se manifestou:

“ Não entendemos ser necessária a apresentação de documento comprobatório que ateste o descarte adequado de resíduos de efluentes no momento licitatório, uma vez que o próprio termo de referência estabelece que a fiscalização pode solicitar, a qualquer momento, os Manifestos de Transporte de Resíduos (MTR) para verificar o correto procedimento de documentação e conferir os volumes registrados nos Certificados de Destinação Final (CDF). O Certificado de Destinação Final de Resíduos, emitido pela estação de tratamento de efluentes e resíduos, será exigido apenas durante o procedimento de medição dos serviços, o que já atende às exigências de comprovação de destinação adequada dos resíduos, conforme especificado no item 15 – Sustentabilidade e no item 5.2 Destinação Final dos Resíduos do termo de referência. E também nas medições, fala-se no termo de referência que a comprovação de sustentabilidade poderá ser realizada por meio de certificação emitida por instituição pública ou credenciada, ou outro meio que comprove o cumprimento das exigências do edital. A documentação exigida para o descarte de resíduos e efluentes, como MTR e CDF”.

Portanto, também não assiste razão ao alegado pela impugnante quanto ao tema, mesmo porque essa exigência está afeta à execução contratual e não requisitos de

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
Coordenadoria de Licitações

habilitação, cuja exigência neste momento, acarretaria em despesas e obrigações desnecessárias, mas que constam no TR e serão exigidas do licitante vencedor que assinará o contrato e executará os serviços que serão pagos mediante apresentação de toda a documentação relativa à destinação correta dos resíduos a serem descartados de forma e lugar atendendo a legislação regente.

No que se refere ao item iii, seguem as ponderações do setor responsável:

“Os equipamentos necessários para a execução do serviço estão especificados no item 5.1, do termo de referência, que detalha os equipamentos e materiais necessários, bem como suas funções. O edital já exige a comprovação de que a empresa possui os equipamentos adequados para a execução do contrato. Nesse contexto, não consideramos necessário exigir a licença veicular para comprovar a aptidão dos veículos para o manuseio de efluentes, uma vez que a habilitação técnica já abrange essa verificação”.

Na mesma linha de raciocínio, impor tal condicionante acarretaria ônus indevido nesta fase licitatória.

No que concerne ao item iv, que menciona a necessidade de certidão negativa de débitos e outros documentos, entende-se que a documentação exigida no processo de habilitação técnica e ambiental já contempla as certificações necessárias. Especificamente, foi solicitado:

- AFE (Autorização de Funcionamento de Empresa), emitida pela ANVISA, para atividades com características semelhantes ao objeto licitado;
- Licença Ambiental ou Dispensa de Licenciamento Ambiental, emitida pelo órgão ambiental competente, que ateste a aptidão da empresa para realizar os serviços previstos neste edital.

A documentação exigida é plenamente suficiente para que seja realizada a análise e contratação de empresa capacitada para a prestação do serviço, pois exigências

excessivas PODERIAM caracterizar restrição à competitividade, atentando contra os princípios licitatórios, estampados no art. 31 da lei da estatais (Lei 13.303/2016) assim como o contido no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da APPA – RILC.

### **3. A DECISÃO**

Importa destacar que a ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA, por tratar-se de empresa pública (estatal), é regida pela lei nº 13.303/2016 e seu REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (RILC), **não** estando sujeita às regras da Lei nº 14.133/2021, leis gerais que regem as licitações e contratações públicas.

Destaca-se que a área técnica responsável, ao analisar os apontamentos feitos pela ora impugnante, não acatou o pedido de impugnação.

Assim, em face das razões expendidas acima, sem nada mais evocar, conheço da impugnação e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo incólume as disposições editalícias, assim como inalterada a data do certame para o dia 31 de janeiro de 2025.

Paranaguá, 24 de janeiro de 2025.

Angelo Geraldo Bochenek

Pregoeiro e Coordenador de licitações.